

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos à Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II, do art.35, da Lei nº 4.320/64.

2) Pagos Sentenças de Pequeno Valor R\$ 376.961,78, Precatórios de Órgãos da Administração Direta R\$ 1.542.153,71.

Des. EDVALDO DE ANDRADE
Presidente do Tribunal

ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA
Diretor-Geral

CAIO GERALDO BARROS PESSOA DE SOUZA
Diretor da Secretaria de Controle Interno

LEONARDO GUEDES PEREIRA
Diretor da Secretaria de Planejamento e Finanças

16ª REGIÃO

PORTARIA Nº 504, DE 28 DE SETEMBRO DE 2009

A Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve: Determinar a publicação no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça do Maranhão, do Anexo I - Demonstrativo de Despesa com Pessoal, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal de que trata os artigos 54 e 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, relativo ao período de Setembro/2008 a agosto/2009, na forma do Quadro anexo.

Desª MÁRCIA ANDRÉA FARIAS DA SILVA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	100.476	0	100.476
Pessoal Ativo	91.070	0	91.070
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)			0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	3.111		3.111
Demais Despesas com Pessoal Ativo	87.959		87.959
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.406		9.406
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, §1º da LRF)			0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (Art. 19, §1º da LRF) (II)	13.601	0	13.601
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0
Decorrentes de Decisão Judicial	3.111		3.111
Despesas de Exercícios Anteriores	1.093		1.093
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.397		9.397
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	86.875	0	86.875
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			423.852.829
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,020497%	0,000000%	0,020497%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,026353%		111.698
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,025035%		106.113

FONTE: SIAFI -CONOR / SIAFI GERENCIAL

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Do total do item "Sentenças Judiciais com Precatório" R\$ 1.079 mil referem-se a Sentenças de Pequeno Valor (SPV) e R\$ 2.032 mil a Precatórios.

3) Foram recebidos destaques para pagamento de Precatórios da Administração Indireta no montante de R\$ 1.703 mil.

Desª MÁRCIA ANDRÉA FARIAS DA SILVA
Presidente do Tribunal

JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
Diretor-Geral

FLÁVIA REGINA RÊGO CORDEIRO
Diretora de Orçamento e Finanças

CELSON DE JESUS MOREIRA COSTA
Chefe do Serviço de Controle Interno

JOÃO BATISTA SOBRINHO
Chefe do Setor de Contabilidade Analítica
Substituto

17ª REGIÃO

PORTARIA Nº 846, DE 25 DE SETEMBRO DE 2009

A DESEMBARGADORA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA SÉTIMA REGIÃO, no uso das atribuições legais e regimentais e considerando o disposto nos art. 54, III, parágrafo único e art. 55, I, a, c/c §§ 1º e 2º, da LRF, resolve:
Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal em anexo.

Desª WANDA LÚCIA COSTA LEITE FRANÇA DECUZZI

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
AGOSTO/2008 A SETEMBRO/2009
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	142.231		142.231
Pessoal Ativo	127.465		127.465
Sentenças Judiciais Sem Precatório(do próprio Órgão)			7.800
Sentenças Judiciais com Precatório(do próprio Órgão e de outros da Adm. Direta)	7.800		7.800
Demais Despesas com Pessoal Ativo	119.665		119.665
Pessoal Inativo e Pensionistas	14.510		14.510
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização(Art. 18, § 1º da LRF)	256		256
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ART. 19, § 1º DA LRF) (II)	(25.211)		(25.211)
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			(7.800)
Decorrentes de Decisão Judicial	(7.800)		(7.800)
Despesas de Exercícios Anteriores	(2.921)		(2.921)
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(14.490)		(14.490)
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I+II)	117.020		117.020
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			423.852.829
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV) x 100	0,027609	0,000000	0,027609
LIMITE MÁXIMO(incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,037679%			159.704
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,035795%			151.718

FONTE: SIAFI2008 / 2009 e SEOFI/TRT17ª R.

Notas:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2- Receita Corrente Líquida extraída de www.tesouro.fazenda.gov.br. (Portaria STN nr 557/2009)

3 - No grupo "Pessoal Ativo" não foram incluídas as despesas referentes a destaques recebidos para pagamentos de Precatórios da Administração Indireta pois essas despesas serão informadas no RGF do Poder Executivo, conforme determinação contida no Acórdão 346/2006 - TCU - Plenário, e Manual de elaboração do RGF. As referidas despesas totalizaram R\$1.590 (em milhares).

4 - Do total do grupo "Sentenças Judiciais com Precatórios (...)" R\$120 (em milhares) correspondem a Precatórios da Administração Direta e R\$7.680 (em milhares) a Sentenças Judiciais de Pequeno Valor.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, único da LRF):

Desª WANDA LÚCIA COSTA LEITE FRANÇA DECUZZI
Presidente do Tribunal

CARLOS TADEU GOULART
Diretor-Geral de Secretaria

ERNANI FERNANDES FILHO
Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças

ANTÔNIO ROGÉRIO CARDOSO DA COSTA
Diretor do Núcleo de Controle Interno